

# De Aristóteles a Heidegger: a filosofia concordando com o protagonismo da linguagem dentro da cultura surda

## *De Aristóteles a Heidegger: filosofia según el papel del lenguaje dentro de la cultura sorda*

### **Alana Fernanda Vargas Mathes**

Graduanda em Filosofia pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

E-mail: [alaanafernanda@gmail.com](mailto:alaanafernanda@gmail.com)

### **Márcio Dantas Pinheiro**

Graduando em Filosofia pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

E-mail: [marcio\\_dantaspinho@hotmail.com](mailto:marcio_dantaspinho@hotmail.com)

### **Mayara da Macena de Freitas Pinheiro**

Graduanda em Letras/Libras Bacharelado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pós-graduada Lato Sensu em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA).

E-mail: [mayaram17@hotmail.com](mailto:mayaram17@hotmail.com)

---

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar e relacionar as conceituações relativas ao papel fundamental da linguagem dentro da perspectiva da comunidade surda em relação à produção intelectual de alguns filósofos. Para tanto, dividimos este estudo em quatro partes, iniciando o intento com a problematização de citações de Aristóteles, as quais pesquisadores em cultura surda apontam como exemplares dentro o pensamento da antiguidade, indicando uma suposta incapacidade de comunicação por parte dos humanos surdos. A segunda parte mostrará que, dentro do aporte teórico de Martin Heidegger, as conceituações ontológicas sobre a linguagem podem coincidir com as proposições no âmbito da cultura para os estudos surdos. A terceira parte elencará as conclusões dos especialistas em cultura surda em relação à importância da linguagem e suas implicações na demanda pela inserção social em um ambiente democrático. A quarta parte demonstrará nas filosofias da linguagem aristotélicas e heideggerianas pontos de concordância com os estudos surdos, permitindo a possibilidade de defesa das proposições da cultura surda desde os aurores do pensamento humano.

**Palavras-chave:** Linguagem. Cultura surda. Afecção. Aristóteles. Martin Heidegger.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar y relacionar las conceptualizaciones relacionadas con el papel fundamental del lenguaje dentro de la perspectiva de la comunidad sorda en relación con la producción intelectual de algunos filósofos. Con este fin, dividimos este estudio en cuatro partes, comenzando el intento de problematizar las citas de Aristóteles que los investigadores de la cultura sorda señalan como ejemplos entre el pensamiento de la antigüedad que indica una supuesta incapacidad de comunicación por parte de los humanos surdos. La segunda parte mostrará que, dentro de la contribución teórica de Martin Heidegger, las conceptualizaciones ontológicas sobre el lenguaje pueden coincidir con las proposiciones

culturales para los estudios de sordos. La tercera parte enumerará las conclusiones de especialistas en cultura sorda en vista de la importancia del lenguaje y sus implicaciones para la demanda de inserción social en un entorno democrático. La cuarta parte demostrará en las filosofías aristotélicas y heideggerianas los puntos de acuerdo del lenguaje con los estudios sordos, permitiendo la posibilidad de defender las proposiciones de la cultura sorda desde los albores del pensamiento humano.

**Palabras-clave:** Linguagem. Cultura sorda. Afección. Aristóteles. Martin Heidegger.

---

### *1 Considerações iniciais*

Os estudos acerca da cultura surda têm um histórico de combate ao pensamento hegemônico, uma vez que o surdo e sua modalidade linguística são colocados em um plano inferior, marcado pelo conceito de deficiência. Tendo como baluarte a linguagem gestual-visual determinada como autônoma e equivalente a outras modalidades linguísticas, os defensores da cultura surda alcançam maior visibilidade, mas ainda buscam aceitação no ambiente social e superação do preconceito.

O panorama acima descrito fora quase unânime na história da humanidade, com isso coube à nossa geração aprender a incluí-los e reavaliar os juízos históricos já assentados no pensamento coletivo. Nesse intento, se quisermos elencar um filósofo que influenciou todo o pensamento de cultura ocidental através dos milênios, o nome de Aristóteles, com certeza, é uma ótima proposição.

Acreditamos que, passado o momento de contestação à ordem vigente, cabe aos movimentos surdos buscar pontos de encontro de seus axiomas com os das demais áreas de investigação, assim como ocorrera no aprofundamento entre cultura surda e linguística.

Nossa proposta não trata de um trunfo anacrônico que tentaria adaptar o pensamento aristotélico aos conceitos trazidos pela cultura surda, mas opta pela demanda de compreender a complexidade do pensamento do filósofo estagirita, buscando uma síntese nos argumentos, afastando as imprecisões e incorreções, que obscurecem o legado de um dos pilares do conhecimento filosófico. Ainda buscaremos validar alguns de seus conceitos confrontando-o com outro pensador de grande vulto, no entanto, moderno e influente na construção epistemológica do nosso tempo: trata-se de Martin Heidegger. Por fim, tentaremos mostrar a consonância entre essas produções filosóficas com os postulados emitidos pelos estudos surdos.

Para tanto, consideramos, como o melhor caminho para a objetivação deste projeto, a pesquisa exploratória da categoria de revisão bibliográfica. Quanto à abordagem nos valeremos do método hipotético-dedutivo, pois, através dos conhecimentos elencados, buscaremos confirmar nossa hipótese de que há similaridade e acordo entre a produção dos já citados filósofos e os estudos culturais surdos.

## 2 Crítica às concepções antigas sobre a surdez: o caso de Aristóteles

Entre os povos antigos que mais influenciaram o pensamento moderno, destacam-se os gregos. Em se tratando do termo *deficiência* e da constituição específica da pessoa com surdez, ambos já eram conhecidos, mas não entendidos. Muitas vezes uma diferença na constituição física era vista como um castigo divino ou expiação de culpas ancestrais.

Aristóteles, em uma das suas obras mais abrangentes, “A Política”, comenta que “deve-se proibir a criação de disformes” (ARISTÓTELES, 1998, p. 551, 1335b). Parece cruel, mas a criação da ideia que haja direitos humanos universais e irrestritos surgiram apenas no século XX (e mesmo hoje é mais um projeto do que algo efetivo).

Nesse período, lidamos com conceitos semelhantes aos nossos, mas com significados muito diferentes. Para os gregos antigos, por exemplo, o título de cidadania era muito restrito, pois “a cidadania se define como exercício de uma magistratura” (ARISTÓTELES, 1998, p. 191, 1276a). Posto isso, podemos notar que não havia pudor em declarar uma hierarquia em direitos na qual classes de pessoas que possuíssem algum poder monetário ou influência social eram tidas como os únicos cidadãos, excluindo os demais. Aristóteles elenca quais seriam os não cidadãos:

A verdade é que não podemos considerar cidadãos todos os que são indispensáveis à existência da cidade. As crianças não são cidadãos no mesmo sentido que os adultos. Os adultos são absolutamente cidadãos; as crianças são condicionalmente cidadãos mais imperfeitos. [...] A cidade mais perfeita não fará do trabalhador manual um cidadão. Caso o admitir como tal, a definição de virtude cívica, de que já falamos, não alcança todos os cidadãos, nem apenas os homens livres, mas só os que estão isentos de trabalhos indispensáveis à sobrevivência. (ARISTÓTELES, 1998, p. 203, 1278a).

Outros tempos, outras interpretações de mundo. Cabe a nós, que temos possibilidade de interagir com o povo surdo, comungarmos e valorizar os seus conhecimentos produzidos, não apenas para entender melhor nossas diferenças, mas também para auxiliar o entendimento de nós mesmos.

O estudo dos surdos mostra-nos que boa parte do que é distintivamente humano em nós — nossas capacidades de linguagem, pensamento, comunicação e cultura — não se desenvolve de maneira automática, não se compõe apenas de funções biológicas, mas também tem origem social e histórica; essas capacidades são um presente — o mais maravilhoso dos presentes — de uma geração para a outra. Percebemos que a cultura é tão importante quanto a natureza (SACKS, 1990, p. 06 - 07).

Voltando a Grécia antiga, dois termos são relevantes: *enéos* e *kofos*. O primeiro designa os mudos enquanto o último os surdos, mas também se referia às coisas, se referia ao vazio, ao ineficaz. *Kofos* ainda era uma metáfora para designar a obtusidade, a estupidez e a deficiência psíquica. A sociedade grega associava poder, distinção, sabedoria e normalidade à capacidade e liberdade para a comunicação livre, sendo

assim, a impossibilidade da comunicação assumia ares muito graves. Conforme Skliar (1997, *apud* SILVA 2006, p.18, tradução nossa), o pensamento para esses povos se desenvolvia somente “através da palavra articulada” de modo que “a capacidade de falar é antes fato instintivo do que adquirido ou aprendido”. Por isso, “se considerou absurda a intenção de ensinar a falar àqueles que eram naturalmente incapazes de fazê-lo e aprendê-lo”.

Especificamente, em se tratando de Aristóteles, notam-se vários autores, como Duarte e Hardoim (2015), Lourenço e Barani (2011), Veloso e Maia Filho (2009), citando uma suposta ideia de Aristóteles sobre a surdez que indicava taxativamente a impossibilidade de comunicação dos surdos. Essas citações convergiam para um texto de Karin Strobel (2009), referência em cultura surda. Por sua vez, Strobel buscou a passagem em uma obra de Carlos Sanchez, médico e escritor venezuelano, “La increíble y triste historia de la sordera” (sem tradução para o português), em que prepara um rico retrato histórico da cultura surda.

Segue-se então o trecho tão comentado e citado indiretamente por vários autores dentro do âmbito dos estudos surdos:

(Sugere-se então) que durante toda a antiguidade e quase toda a idade média, se concluiu que os surdos eram ineducáveis, quando não imbecis. Aristóteles, em sua obra “Sobre os sentidos e os objetos sensíveis”, citado por Behares (1987), assinala que a audição tem a maior contribuição ao conhecimento, já que o discurso, que é a causa da aprendizagem, é compreensível porque a fala está composta de palavras, cada uma das quais é um símbolo racional, de modo que “de aqueles que estão privados de um sentido ou de outro desde o nascimento, o cego é mais inteligente que o surdo-mudo” (SANCHEZ, 1990, p. 32, tradução nossa).

A busca pela origem das citações fora necessária para que se perceba uma falha de compreensão da citação de Aristóteles. É evidente que o filósofo estagirita levava em menor consideração as pessoas surdas, algo relacionado ao pensamento da época, no entanto, Sanchez não teve acesso à obra aristotélica, mas apenas a um trecho citado por Behares (1987) e provavelmente a falta de uma maior contextualização do trecho contaminou o correto entendimento.

Buscando a contextualização do trecho e uma citação direta e fidedigna, consultamos o “Tratado sobre a sensação”, de Aristóteles, localizamos a passagem controversa e a disponibilizaremos a seguir, visando à comparação entre a citação indireta de Sanchez, com uma tradução direta da obra original aristotélica:

[...] de todas estas faculdades, a mais importante para satisfazer necessidades é, em si mesma, a vista, mas a respeito da inteligência o é mais acidentalmente o ouvido [...] o ouvido só informa as diferenças de som e, em alguns seres, também as da voz. Acidentalmente, o ouvido contribui, sem dúvida, em maior medida ao conhecimento. De fato, o discurso é a causa da aprendizagem por ser audível, mas não por si, apenas acidentalmente, pois se compõe de palavras e cada uma das palavras é um símbolo. Esta é precisamente a razão de que, entre as pessoas privadas desde o seu nascimento de um sentido, os cegos são mais

inteligentes que os surdos-mudos (ARISTÓTELES, 1987, p. 186, 437a5- 437a15, tradução nossa).

No trecho transcrito acima, Aristóteles compara a visão e a audição, os dois mais importantes sentidos humanos. O filósofo destaca a importância superior da visão, mas enfatiza que, acidentalmente, a audição contribui em maior grau à aquisição do conhecimento. O termo “acidentalmente” é expresso três vezes no curto trecho, e há motivos para isso, pois o pensador quer preconizar que a audição tem como função exata a captação do som, mas devido à forma de ensino preponderante daquela época, através do discurso oral, a audição assumia, por acidente, maior função na aquisição de conhecimentos.

Ademais, conforme a tradição, o tratado sobre a sensação é um comentário sobre biologia, ou história natural, se usarmos a terminologia da época. Questões sobre linguagem foram o foco em outras obras do filósofo, tais como o “*Órganon*”, a “*Retórica*” ou mesmo a “*Poética*”. O pequeno tratado sobre a sensação deixa claro em seu início que se preocupará com a análise dos atributos dos animais que “são comuns à alma e ao corpo, como sensação, memória, paixão, desejo e apetites em geral e mais prazer e dor, estes, com efeito, se dão em quase todos os animais” (ARISTÓTELES, 1987, p. 183; 436-437, tradução nossa).

Outro detalhe importante ainda merece ser destacado, pois, sobre os outros sentidos, Aristóteles dedica ao menos um capítulo de comentários; já sobre a audição, não há um aprofundamento. O motivo, segundo nota do tradutor, é que o assunto já fora tratado na obra aristotélica “*Sobre a alma*”, que seria uma antecessora lógica do tratado sobre a sensação. Sendo assim, seria interessante aos pesquisadores em cultura surda ler essa obra do filósofo estagirita:

nota 51 - os manuscritos adicionam aqui: “acerca do som e da voz, se falou antes no tratado sobre a alma”, palavras destacadas por Freudenthal (citado com aprovação de Ross) na ideia de que se trata de uma referência adicionada em época posterior a Aristóteles. Em todo o caso se remetiam a ‘sobre a alma’ - 419b4 ss.; 420b5 ss. (ARISTÓTELES, 1987. p. 200, tradução nossa).

O discurso falado preponderava no mundo grego antigo, como comprova a decisão de Sócrates em não deixar nenhuma obra escrita, valorizando o diálogo verbal em detrimento ao escrito e evidenciando o descrédito a linguagem escrita. Este Sócrates é retratado na obra platônica “*Fedro*”, comentando que “aquele que se fiar na escrita perderá a memória, passando a depender de um signo externo e não de sua própria capacidade de lembrar, e não se tornará mais sábio, mas receberá informações sem a instrução adequada” (MARCONDES, 1999, p. 15). Esses argumentos favorecem a comunidade surda, mais focada na comunicação direta.

Caso os povos surdos tivessem conseguido superar a sujeição, a ignorância e o descrédito da época e formassem uma linguagem de sinais, não seriam considerados ineducáveis ou imbecis. Voltando a Sanchez (1990), não condenamos toda a obra pela falha explicitada, ela é ao mesmo tempo essencial e pouco lida pelos pesquisadores interessados na causa surda. Sobre isso comenta Fernandes:

Embora se trate de um clássico na área de educação de surdos, foram poucos os privilegiados, no Brasil, que puderam ter acesso à consistente análise histórica e denúncia vigorosa oportunizada por Sánchez, já que a publicação nunca foi traduzida para o português. O livro guarda a simbologia de uma obra clandestina que, pela implacável denúncia que promoveu, foi relegada a um semianonimato (FERNANDES, 2011, p. 264).

Visando encerrar esta parte do trabalho, cremos importante elencar uma reflexão de Sanchez (1990) acerca da mudança de paradigmas na concepção do ensino aos surdos, comentando que Aristóteles só dizia o que via, no entanto, a visão do filósofo, influente no pensamento medieval, tornara-se insustentável a partir do Renascimento (século XVII). Ocorre uma mudança de paradigmas, após novas razões e novas práticas causarem uma grande mudança nas concepções de mundo, inclusive sobre a surdez.

### *3 Heidegger e a linguagem: o peregrino que do caminho faz sua morada*

Martin Heidegger foi um influente pensador do século XX, nascido em Messkirch/Alemanha, em 26 de setembro de 1889. Estudioso da religião, da metafísica e do humanismo, também desenvolveu diversas considerações a respeito da fala, do sentido e da comunicação em sua teoria da linguagem.

A linguagem na perspectiva da filosofia heideggeriana pode ser vista como um projeto audacioso, uma vez que, através do filosofar, Heidegger ousa chegar aos limites da própria linguagem e atribui a ela um caráter ontológico.

Nesse intuito, ele questiona o caráter instrumental assumido pela linguagem, proposto por correntes filosóficas analíticas que submetiam a linguagem a uma lógica de cientificação, culminando em um aspecto metalinguístico: “Metalinguística é a metafísica da contínua tecnicização de todas as línguas, com vistas a torná-las um mero instrumento de informação capaz de funcionar interplanetariamente, ou seja, globalmente” (HEIDEGGER, 2003, p.122).

A convergência ontológica na linguagem pode ser notada através da relação morada-ser formulada pelo autor, em que cabem os questionamentos sobre a possibilidade da linguagem se fazer lar como também onde ela reside. Conforme suas proposições, a linguagem existe no mundo e independe da existência do sujeito, mas, ao mesmo tempo, é considerada a “morada do ser” enquanto existente nessa mesma esfera.

O ser chega, iluminando-se, à linguagem. Ele está constantemente a caminho para ela. Isto que constantemente em advento o pensar ec-sistente, por sua vez, traz em seu dizer, à linguagem. Esta é assim elevada a clareira do ser. Somente assim é a linguagem daquela maneira misteriosa e que, contudo constantemente, nos perpassa com seu imperar. Portanto, enquanto a linguagem levada plenamente à sua essência é historial, o ser é guardado na lembrança. A ec-sistência (existência) habita, pensando, a casa do ser. Em tudo isto, as coisas permanecem como se nada tivesse acontecido através do dizer

pensante (HEIDEGGER, 1975, p. 372).

Nessa concepção, há uma notória preocupação em fazer uma desconstrução do sujeito articulado em considerações modernas, aquele possuidor de uma subjetividade delimitada que tem como máxima potência comum com seus iguais, a interligação de suas subjetividades próprias. Essa preocupação é dada em função do objetivo primordial de tornar possível o reconhecimento de um ser já existente nesse mundo que faz morada numa linguagem externa a si e não objetiva possui-la, o ser-aí também denominado como Dasein.

Quem diz Dasein também diz ser-no-mundo, e quem diz ser-no-mundo também diz ser-com-o-outro. Se posso afirmar que o Dasein é, em cada caso, meu, cabe-me igualmente afirmar, do ser com-o-outro, que se alia ao Dasein ou a ele se acha co-presente (NUNES, 2001, p. 56).

Assim, o ser-aí é aquele munido apenas de sua própria existência, que habita o mundo e é habitado pela intersubjetividade compartilhada entre os seus, encontrando o sentido contido nessa visão de mundo; sentido este que não se refere ao sentido da coisa em si, mas da coisa compreendida através da linguagem, reflexo de um mundo compartilhado, tornando, então, a palavra como processo final de tal compreensão:

A compreensibilidade do ser-no-mundo, trabalhada por uma disposição, pronuncia-se como fala. A totalidade significativa da compreensibilidade vem à palavra. Dos significados brotam palavras. As palavras, porém, não são coisas dotadas de significados (HEIDEGGER, 2006, p. 224).

A perspectiva heideggeriana percebe o ser-aí como um participante de um mundo de coexistência subjetiva já habitado pela linguagem e que tem como principal componente a fala, pois “há linguagem porque há o falar” (HEIDEGGER, 1976, p. 214, *apud* CASTRO, 2014, p. 86). E “é nesse sentido que Heidegger define o falar como a articulação da compreensão do ser-no-mundo com seu sentimento de situação, a sua facticidade” (CASTRO, 2014, p. 88). Posto isso, tais colocações podem ser verificáveis nas palavras do filósofo:

A linguagem é o pronunciamento da fala. Como um ente intramundano, essa totalidade de palavras em que e como tal a fala possui seu próprio ser “mundano” pode ser encontrada à maneira de algo à mão. Nesse caso, a linguagem pode ser despedaçada em coisas-palavras simplesmente dadas. Existencialmente, a fala é linguagem porque aquele ente, cuja abertura se articula em significações, possui o modo de ser-no-mundo, de ser lançado e remetido a um “mundo” (HEIDEGGER, 2006, p. 224).

A partir das colocações anteriores, pode-se afirmar que o ser habita a linguagem enquanto fala. Linguagem esta que, além de “morada do ser”, é aquela que o recebe e o constitui enquanto ser-no-mundo. E tomando essa habitação como um exercício da fala, aqueles que não falam não são dignos de possui-la? E, se não possuidores desta,

haveria algum prejuízo para portar a existência?

Uma vez que tais afirmações são incontinentes, nota-se um paradoxo ontológico-existencial inaceitável que tem como consequência a desvalorização do sujeito que não fala, pois, como podemos notar também na citação abaixo, a fala não é uma propriedade assegurada.

A linguagem: referimo-nos à fala, que conhecemos como uma atividade e capacidade nossas. Mesmo assim falar não é nenhuma propriedade assegurada. Diante da admiração profunda, sente-se tocado e só isso. Ele não fala mais: fica em silêncio. Alguém pode num acidente perder a capacidade de falar. *Ele não fala mais. Só que também não silencia.* Ele fica mudo apenas. Falar implica em articular sons, seja falando ou calando, e mesmo na mudez, quando não podemos falar. Falar implica a verbalização articuladora de sons. Na fala, a linguagem se apresenta como atividade dos órgãos da fala: a boca, os lábios, o “ranger dos dentes”, a língua, a garganta. Os nomes usados pelas línguas ocidentais para dizer linguagem testemunham como, de há muito, a linguagem é representada a partir desses fenômenos (HEIDEGGER, 2003, p. 194).

O ser-aí que não fala ainda assim é um ser-no-mundo? A abertura do Dasein é apenas a fala ou contém outros elementos que sirvam como meio de inserção do ser ao mundo?

No desenvolvimento dessa questão, Heidegger constrói duas teses: a de que o fundamento ontológico-existencial da linguagem é o falar e a de que o falar (Rede) é cooriginário com os outros dois existenciários que permitem a abertura do Dasein: a afectação (Befindlichkeit), ou melhor, o sentimento de participação numa dada experiência, e o compreender (Verstehen). (CASTRO, 2014, p. 87).

Em análise da segunda tese, é possível notar que a afecção e a compreensão são garantias também da morada do ser na linguagem e caminhos exitosos para a comunicação. O *sentimento e participação numa dada experiência* torna-se produto da existência num meio compartilhado que necessariamente afeta e se deixa afetar pelos seres nele contidos (no caso a linguagem). E a compreensão, como podemos entendê-la?

No § 31 de Ser e Tempo, Heidegger apresentara a noção de compreensão (Verstehen) por meio da ideia de que o sentido, ontologicamente, é precedido pela ação de compreender. O que entendemos aqui por o falar é equivalente ao que aqui entendemos por sentido. Não o sentido próprio da coisa – ou seja, sua pretensa dimensão ôntica –, mas o sentido presente na intersubjetividade, no mundo compartilhado, nos recursos de compreensão que a pessoa, o Dasein, vai lançar mão na sua interação com outros (CASTRO, 2014, p. 87).

Assim, o ser-no-mundo é aquele que, mesmo com a falta da fala, se comunica, pois participa como ser capaz de compreender o sentido contido na intersubjetividade do mundo compartilhado. Ele é um ser-aí, habitante da linguagem. Como é possível constatar no extrato abaixo, se comunicar-se é entender o sentido, pois “comunicação



constitui o sentido intersubjetivamente construído” (CASTRO, 2014, p. 91). Dessa forma, Heidegger condensa o ato comunicacional no estrato ontológico:

A linguagem fala. Sua fala chama a diferença, a di-ferença que des-apropria mundo e coisa para a simplicidade de sua intimidade. A linguagem fala. O homem fala à medida que corresponde à linguagem. Corresponder é escutar. Ele escuta à medida que pertence ao chamado da quietude. Não temos aqui nenhuma pretensão de apresentar uma nova concepção da linguagem. Em jogo está aprender a morar na fala da linguagem. Nesse sentido, urge comprovar sempre e de novo se e em que medida somos capazes do que, na correspondência, é o mais próprio: antecipar reservando. Pois: O homem fala à medida que corresponde à linguagem (HEIDEGGER, 2003, p. 26).

Diante disso, a comunicação se torna o meio mais importante da relação ser-aí que só é quando sabe ser-com-o-outro, pois garante a transmissão dos significados constituintes desse mundo compartilhado, que habitado primeiramente pela linguagem, possibilita também a morada do Dasein. Assim, o ser-aí que se faz presente nesse mundo sem nenhuma explicação ou garantia faz uso dos meios possíveis para garantir uma conexão não só com a linguagem, mas com o outro.

Toda essa preocupação com a busca do ser-aí e com o outro por vezes é ofuscada pelo polêmico envolvimento de Heidegger com o nazismo alemão. Ernildo Stein, um dos maiores especialistas do filósofo no país, comenta que, em certo ponto, a educação de origem reacionária viu no nazismo a possibilidade de retomada do orgulho e reconstrução da grandeza alemã, mas que Heidegger flertou pouco tempo com o nazismo e possuía uma ligação mais ideológica que prática: “A sua passageira adesão ao Nacional-Socialismo, cujas implicações bem cedo reconheceu que deve ser vista como único elemento de peso no julgamento de sua posição política” (STEIN, 1975, p. 202). Por fim o comentador confessa, senão uma fraqueza, uma disposição excêntrica do pensador da floresta negra, sendo “a tentação de apresentar-se como profeta, enquanto se é filósofo, além de absurda é ridícula. E Heidegger nem sempre consegue fugir a esta tentação” (STEIN, 1975, p. 202-203). Em defesa própria, Heidegger comenta, em sua “carta ao reitor”, que via no nazismo uma promessa de superação à perturbação e crise do espírito ocidental (LYRA, 2008):

Na medida em que essa aliança não se concretizou e a planificação político-burocrática passou a dominar a cena, “o simples fato de exercer à minha maneira o meu trabalho de filósofo era já resistência”. Duas linhas depois, refere-se ao fato de ter ministrado, logo após sua demissão da reitoria, um curso que, “sob o título a doutrina do logos, tratava da essência da linguagem”. Procurava nele opor às genealogias biológico-raciais em ascensão a tese de uma essência humana fundada na “linguagem como realidade fundamental do espírito” (LYRA, 2008, p. 38).

Dessa forma, Heidegger confessa seu envolvimento no nazismo e ainda expressa uma informação essencial para nosso estudo, uma vez que sua preocupação quanto à ontologização da linguagem o faz valorizar a humanidade em sua

especificidade linguística, opondo-se às doutrinas nazistas, que ceifaram a vida de dezenas de etnias e minorias, das quais os surdos fizeram parte.

#### *4 Os saberes produzidos pelos estudos surdos sobre sua cultura*

Em meados do século XX, após a humanidade passar por duas guerras mundiais e uma polarização evidente entre ideologias socioeconômicas, movimentos de contestação da ordem vigente surgiram. A produção da cultura surda também pode ser incluída neste momento histórico, mais especificamente após os anos de 1960 através dos estudos de Willian Stokoe, reunindo provas de que a natureza da língua de sinais não é muito distinta ao das línguas orais:

Sua diferença fundamental está na modalidade gestual-visual. Assim, as línguas de sinais, língua materna das pessoas surdas, é reconhecida através de uma perspectiva linguística como uma língua legítima, completa, com estrutura gramatical complexa e um amplo vocabulário. Em consequência, é concebida como uma língua natural que é criada por e para a comunidade surda, que se transmite de geração em geração e se modifica segundo as necessidades próprias de seus usuários (ROBERTSON; RAMIREZ, 2013, p. 228).

Assumindo a Língua de Sinais um papel central na fundamentação de um novo campo conceitual, dos estudos surdos, a tese de que tal língua fundamenta sua cultura vem ganhando força e reconhecimento nos meios acadêmicos. Outro autor fundamental nesse campo fora Owen Wrigley, que comentava, conforme Silva (1998), que “a surdez não é um tema de audiologia, mas de epistemologia”. Essa reflexão vem embasada na acepção foucaultiana que concede à epistemologia um âmbito político, de conexões entre conhecimento e poder (SILVA, 1998, *apud* LUNARDI, 2013, p. 155-156).

Nesta luta política, o povo surdo manifestou duas estratégias principais. Primeiramente, se aliou aos movimentos de apoio aos deficientes, para que sua causa ganhasse mais visibilidade, pois o senso comum entendia que a surdez seria uma deficiência. Posteriormente, com o maior reconhecimento, e com direito de opinião, mostraram a tese da cultura linguística diferenciada e não da deficiência, uma vez que a língua de sinais abrangia toda a complexidade de uma língua oral e possuía a mesma potencialidade de plena comunicação entre as pessoas. Atualmente, “os surdos se identificam mais como um grupo minoritário linguístico e cultural por causa de sua língua natural” (JOKINEN, 2013, p. 109).

Dentro dessa realidade, pregam uma política de diferença, desenvolvida em um espaço de transitoriedade entre a deficiência e o reconhecimento da diferença, o que é positivo para disseminar e fortalecer a cultura surda:

É nesse espaço político de intersecção que as singularidades das culturas surdas podem ser enriquecidas e transformadas. Ao circularem, os saberes surdos ao mesmo tempo que se entrecruzam com outros saberes sem aprisionar seus significados também contribuem na desconstrução de “saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que não habitam espaços culturais hegemônicos” (COSTA, 2002, p. 93-94, *apud* SILVA, 2009, p. 28).

Conforme Skliar (1999, *apud* SILVA 2009, p. 31), a interação politizada entre surdos possibilita a construção de outras narrativas e representações que sejam identidades diferentes e contrárias aos discursos colonialistas. Sendo assim, o discurso do surdo reside no espaço da diferença. O empecilho reside no retrocesso de entender a diferença como deficiência e enfraquecer as conquistas da cultura surda.

Outro risco, denunciado por uma crítica do pós-colonialismo, Gayatri Spivak (1990, *apud* SILVA, 2009, p. 32), seria a possibilidade de enquadramento do movimento surdo dentro de critérios de uma diversidade proposta pelo multiculturalismo liberal, direcionador acrítico de singularidades para um patamar de normalidade homogeneizador.

Atualmente, a possibilidade de empoderamento da cultura surda perpassa pela análise da posição pós-moderna em sua capacidade de desconstrução do já estabelecido. Conforme Sá, esta perspectiva “[...] volta-se para um desejo de desconstrução textual, para, por meio dele, demonstrar que qualquer discurso implica um exercício particular de poder” (SÁ, 2013, p. 169).

A título de conclusão dessa parte, é válido realçar a participação de Sanchez na mudança da determinação da perspectiva surda de deficiência e sua emancipação como cultura linguística minoritária através de estudos focados na linguística e posteriormente nas relações de poder, conforme Dorziat (2013).

### ***5 As filosofias de Aristóteles e Heidegger corroborando a cultura surda***

Chegamos ao momento de realizar uma apologia à filosofia de Aristóteles, demonstrando que, em linhas gerais, suas teorias especificamente voltadas à linguagem podem ter pontos de consonância com as proposições da cultura surda e com a filosofia heideggeriana da linguagem, facilitadora no reconhecimento do homem por sua cultura e sua linguagem.

Aristóteles não era frontalmente contra os deficientes, pois, conforme Silva, já indicava que “é mais fácil ensinar a um aleijado a desempenhar uma tarefa útil do que sustentá-lo como indigente” (SILVA, 1987, p. 63).

Em se tratando do campo da linguagem aristotélica, especialistas comentam que sua pretensão maior seria combater os sofistas, que, quanto à linguagem, “[...] ignoram sua função de expressão ou de transmissão para reter apenas sua potência de persuasão (AUBENQUE, 2012, p. 98).

Confrontando os sofistas, Aristóteles causa um giro radical no entendimento sobre a linguagem, ao afirmar que “todos os discursos são significativos, não como ferramenta, mas como já tinha sido dito por convenção” (ARISTÓTELES, 2013, p. 07 - 17a 1-5). Outro giro linguístico fora observado, desta vez no século XX:

A linguagem tem sido encarada como instituinte da realidade. Assim sendo, todas as narrativas, todos os discursos e todas as experiências passaram a ser vistas como constituintes do sujeito, fazendo com que a categoria de intersubjetividade passasse a sobrepujar a da objetividade ou a da subjetividade no que diz respeito ao estudo do ser humano e sua cultura. (SÁ, 2013, p. 175).

Mesmo não atuando diretamente em filosofia da linguagem, Heidegger teorizava as relações do ser com a questão da intersubjetividade, chegando a conclusões afins das propostas pelos precursores do giro, no entanto, rumando por critérios ontológicos.

O momento de maior preocupação com a linguagem coincidiu com o fenômeno nomeado viravolta de Heidegger, quando sua crítica se volta à noção de essência humana indo ao encontro da concepção ontológica da linguagem. “Subjaz à só então nomeada viravolta o problema da forma como Heidegger essencialmente foi compreendendo o modo de ser da linguagem na qual Ser se diz e se pensa. [...] e explicitamente assumindo o fato de estar a caminho da linguagem” (LYRA, 2008, p. 37).

No entanto, desde “Ser e Tempo”, antes da dita viravolta, a linguagem afigurava como importante na obra heideggeriana:

Por isso que Ser e Tempo, (§34) contem uma indicação para a dimensão da linguagem e toca a simples questão que pergunta, em que modo de ser, afinal, a linguagem enquanto linguagem é, em cada situação. O esvaziamento da linguagem, que grassa em toda parte rapidamente, não corrói apenas a responsabilidade estética e moral em qualquer uso da linguagem. Ela provém de uma ameaça à essência do homem (HEIDEGGER, 1975, p. 349).

Na passagem acima, parte de sua “carta sobre o humanismo”, Heidegger elenca como fundamento da linguagem a constituição existencial do Dasein, expresso na abertura do ser-no-mundo, enquanto o humanismo e a humanidade do homem residem nesta mesma essência, sendo, portanto, que “o humanismo é isto: meditar, e cuidar para que o homem seja humano e não des-humano, inumano, isto é, situado fora de sua essência” (HEIDEGGER, 1975, p. 350). Existindo pela e na linguagem, o homem desvela seu caráter ontológico.

Falando em teor ontológico, diz W. Jaeger (*apud* AUBENQUE, 2012, p. 100) que Aristóteles fora o primeiro a “romper o vínculo entre a palavra e a coisa, entre o *logos* e o *on*, e a elaborar uma teoria da significação, ou seja, uma teoria, ao mesmo tempo da separação e da relação entre a linguagem como um signo e o ser como significado”. A importância de Aristóteles para todas as filosofias da linguagem posteriores pode ser resumida assim:

A solução aristotélica consiste em propor que a análise do significado dos signos deve se realizar através da relação entre a mente, isto é, o pensamento, e a realidade. A relação entre as palavras, enquanto signos linguísticos, e a realidade depende da mediação da mente. Essa é basicamente a tese de Aristóteles no Tratado da interpretação [...] Aristóteles é o ponto de partida das duas grandes linhas de desenvolvimento da discussão filosófica sobre a linguagem: 1) a relação entre linguagem e pensamento e 2) a função comunicacional da linguagem (MARCONDES, 1999, p. 17).

As linhas filosóficas inauguradas por Aristóteles tornam-se aliadas à

consolidação e validação das línguas gestuais-visuais por desvincular a linguagem da fala através do seguinte mecanismo: os conceitos ou afecções resultam em signos mentais das coisas, já as palavras atuam como signos dos conceitos, mas não são as únicas formas de representação. Quanto à função comunicacional é interessante ressaltar a preocupação da linha de pensamento em compreender as articulações entre a realidade e as formas de representação na tentativa de expressão do ser através da tentativa de criação de regras de convencionalidade em detrimento às preocupações descritivas da linguagem.

Sendo assim, na tentativa de expressar-nos, devemos levar em conta a convencionalidade da língua, entendendo que as palavras não são significantes por si mesmas, o que difere são os estados, ou afecções da alma, que são semelhantes às coisas a que correspondem. Conforme Dinucci (2009), se as palavras fossem naturais (não convencionais), haveria uma única língua no mundo. “O critério do caráter convencional das formas linguísticas, orais e escritas, consiste no fato, empiricamente observável, de que elas dependem de regras de uso que mudam de uma comunidade à outra” (DINUCCI, 2009, p. 08).

Embora exiba uma face convencional, a linguagem é uma representação de algo que não varia entre os povos: as afecções da alma. Do mesmo modo, como dito anteriormente, o intelecto é capaz de apreender as essências dos entes. Logo, as afecções são as mesmas para todos, visto que os homens são membros de uma mesma espécie (ALMEIDA, 2017, p. 92).

Dessa forma, mais do que a forma da linguagem e os seus quesitos inerentes, ganha importância a afecção referente à universalidade da linguagem e não suas especificidades. Assim como Heidegger comentava, o ser-aí acessaria a linguagem através da afecção, entendida como sentimento de participação do ato comunicacional juntamente à dimensão da compreensão. Conforme Pitta (2014, p. 115), Heidegger vê na obra de Aristóteles, em especial em “Da interpretação”, indícios de uma proposição metafísica à linguagem.

Ainda falando sobre características universais da linguagem, Aristóteles comentava sobre o *nous*, ou o intelecto, entendido como um critério característico de todos os homens. Este é “descrito por Aristóteles como a parte divina dos homens, que vem de fora quando uma criança é gerada, e que não é destruída na morte (ARISTÓTELES, De Anima 407 a 32, 408b 18, 408b 29, 429a 23, 430a 23)”. (MARTINS, 2015 p. 42).

Este intelecto se manifesta através do pensamento, mas só pode ser compartilhado com os outros através do *logos*, termo grego polissêmico que pode ser entendido como razão, mas também como palavra. Seria essa “palavra” a forma de transmissão do *logos* dentro do processo linguístico, na modalidade auditivo-oral ou na gestual-visual. “Desse modo, a língua oral e língua de sinais não constituem uma oposição, mas, sim, canais diferentes para a transmissão e a recepção da capacidade mental da linguagem” (SKLIAR, 2013b, p. 24).

O pensamento não é dependente de estruturas linguísticas particulares, ou seja, o pensamento não é dependente de um idioma em específico. Benveniste (1966, p. 73) aconselha compreender o intelecto como virtualidade e dinamismo, ao invés de quadro e estrutura. Isso faz com que o pensamento seja a virtualidade que é posta em emprego no quadro da língua, ou ainda, o dinamismo enformado na estrutura de uma língua (SILVA; CHAVES-TANNUS, 2017, p. 1050).

Esse arranjo entre a linguagem e o pensamento permite o funcionamento desse sistema linguístico no tocante a sua universalidade e diversidade, agindo em diferentes âmbitos e permitindo que a linguagem seja adequada pelos mais diferentes adeptos e gramáticas. “O sistema não possui gramática, apenas leis de diferenciação. [...] Por isso, todas as línguas são diferentes entre si e, com isso, permitem que os homens também veiculem cultura de maneira distinta em cada sociedade” (SILVA; CHAVES-TANNUS, 2017, p. 1051).

Compreendido o caráter universal da linguagem, faz-se necessário retornar ao ponto central, a temática da afecção. Na obra aristotélica “Da interpretação”, temos uma explicação sobre as afecções da alma, que, para alguns autores, é chamada como estados da alma ou apenas conceito. Essas afecções intermedeiam as palavras e as coisas e, cumprindo a sua função mental, nos permitem alcançar a noção de realidade. Tal afecção provê a significação ao signo linguístico. “Sendo o signo convencional, sua relação com a realidade depende dessa associação com o conceito (afecção da alma) – que não é convencional, e sim resulta da apreensão da realidade por nossa mente” (MARCONDES, 1999, p. 18).

Ainda, ressalta Marcondes (1999, p. 18) que o conhecimento é da ordem do conceito (afecção da alma) e não da linguagem, ou seja, independe da forma de linguagem a produção do saber, colocando em pé de igualdade os usuários das mais diversas modalidades linguísticas.

Por fim, tendo em vista a capacidade da afecção da alma em produzir significado, em qualquer modalidade linguística que ocorra, a cultura surda deve permanecer sendo construída como diferença através de análises críticas das quais destacamos o papel “[...] da língua (de sinais) e as representações na construção de significados e de identidades surdas, a língua, neste contexto, não é um reflexo da realidade ou um instrumento de comunicação, mas aquilo que produz essa realidade” (SKLIAR, 2013b, p. 13).

## **6 Considerações finais**

Acreditamos ter alcançado, em mínima parte, nossos intentos. Primeiro, pudemos conhecer as produções intelectuais relacionadas aos movimentos da cultura surda, seus anseios e suas propostas para o futuro, seja o pleno reconhecimento da língua de sinais como língua completa, seja o projeto de inserção do surdo como pessoa de grupo linguístico diferente.

A política da diferença consegue dialogar com os problemas hodiernos e, melhor ainda, propor ações corretas e concretas a serem tomadas para a melhoria geral na qualidade de vida do povo surdo.

Quanto a Aristóteles, conseguimos demonstrar uma leitura equivocada de sua obra por parte de alguns pesquisadores em estudos surdos, demonstrando o engano na interpretação de um trecho de uma obra aristotélica pouco difundida e ainda propondo norteamiento de leituras filosóficas que consigam estabelecer vínculos entre o pensamento do filósofo e as percepções dos estudos surdos.

Quanto à Heidegger, nos ofereceu um desafio ainda maior, decodificar seu pensamento cheio de lirismo e terminologias próprias, tencionando algo que coadunasse com as visões de mundo da cultura surda. Ainda havia a polêmica vida política do filósofo, que superficialmente o ligava ao nazismo e ao extermínio de minorias tais como os surdos. No entanto, percebemos que Heidegger conversa com os estudos surdos, mantendo, obviamente, as distâncias conceituais dos estratos. O filósofo alemão não só se conecta com os mais avançados postulados do movimento surdo, mas também resgata, critica e atualiza o pensamento aristotélico quanto à linguagem e o ser. Como se fosse uma grande interrogação, Heidegger nos permitiu questionar com mais profundidade o pensamento filosófico, desembrenhando a compatibilidade com os estudos surdos das conclusões superficiais.

### Referências

ALMEIDA, Christiano Pereira de. Reflexões sobre o papel da linguagem em Aristóteles e Wittgenstein. *Rónai– Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, v. 4, n. 2, p. 89-100, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23183>. Acesso em: 30 maio 2019.

ARISTÓTELES. Acerca de la sensación y de lo sensible. In. ARISTÓTELES. *Acerca de la generación y la corrupción & Tratados breves de historia natural*. Tradução de Ernesto La Croce & Alberto Bernabé Pajares, Madrid: Editora Gredos, 1987.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Edição bilíngue. Lisboa: Editora Vega, 1998.

ARISTÓTELES. *Da Interpretação*. Tradução e comentários de José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

AUBENQUE, Pierre. *O problema do ser em Aristóteles: ensaio sobre a problemática aristotélica*. São Paulo: Editora Paulus, 2012.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Linguagem e comunicação em Heidegger. *Galáxia (São Paulo)*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 85-94, junho 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-25532014000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532014000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 maio 2019.

DINUCCI, Aldo Lopes. Notas sobre a teoria aristotélica da linguagem. *Cadernos UFS: filosofia*, São Cristóvão, v. 5, p. 7-16, jan./jun. 2009. Disponível em: [http://200.17.141.110/periodicos/cadernos\\_ufs\\_filosofia/revistas/ARQ\\_cadernos\\_5/aldo.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/cadernos_ufs_filosofia/revistas/ARQ_cadernos_5/aldo.pdf). Acesso em: 26 maio 2019.

DORZIAT, Ana. Bilinguismo e surdez: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para os surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 4. ed. Porto alegre: Editora Mediação, 2013. p. 17-40.

DUARTE, Anderson Simão; HARDOIM, Edna Lopes. Signo ideológico: o surdo de Aristóteles ao visual da contemporaneidade. *Revista Diálogos*, v. 3, n. 2, p. 48-63, 2015. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3369>. Acesso em: 25 maio 2019.

FERNANDES, Sueli. La increíble y triste historia de la sordera por Carlos Sanchez. *Educar em Revista*, v. 27, n. 41, p. 263-276, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/25008>. Acesso em: 23 maio 2019.

HEIDEGGER, Martin. Sobre o humanismo. Carta a Jean Beaufret, Paris. In: SARTRE - HEIDEGGER. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975 (Coleção Os Pensadores).

HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Trad. de Márcia S. C. Schuback e Emmanuel Carneiro Leão. Bragança Paulista: EDUSF; Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Trad. de Márcia S. C. Bragança Paulista: EDUSF; Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

JOKINEN, Markko. Alguns pontos de vista sobre a educação dos surdos nos países nórdicos. In: SKLIAR, Carlos (org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 4. ed. Porto alegre: Mediação, 2013a. p. 105-128.

LOURENÇO, Kátia R. Conrad; BARANI, Eleni. Educação e surdez: um resgate histórico pela trajetória educacional dos surdos no Brasil e no mundo. *Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade*. [s. l.]. 2011. Disponível em: <http://editora-araraazul.com.br/novoeaa/revista>. Acesso em: 15 maio 2019.

LUNARDI, Márcia Lise. Cartografando estados surdos: currículo e relações de poder. In: SKLIAR, Carlos (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013. p. 155-166.

LYRA, Edgar. Heidegger e a Educação. *Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, [s. l.], v. 1, n. 10, mar. 2018. ISSN 2359-246X. Disponível em:



<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3130>. Acesso em: 16 julho. 2020.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgeinstein*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

MARTINS, Roberto de Andrade. *Aristóteles e o estudo dos seres vivos*. São Paulo: Livraria da física, 2015.

NUNES, Benedito. A questão do outro em Heidegger. *Natureza. Humana*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 51-59, jun. 2001. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302001000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302001000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 junho. 2019.

PITTA, Maurício Fernando. Humboldt e Heidegger sobre linguagem: expressão do espírito ou morada do ser? *Revista Filogênese*. Marília (SP). vol. 7, nº 1, 2014. p. 108-120. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/10\\_mauriciopitta.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/10_mauriciopitta.pdf). Acesso em: 19 maio 2019.

ROBERTSON, Ximena Acuna; RAMIREZ, Irene Cabrera. Educação bicultural/bilíngue para as pessoas surdas no Chile. In: SKLIAR, Carlos (org.) *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 4. ed. Porto alegre: Editora Mediação, 2013. p. 225-232.

SÁ, Nidia Regina de. O discurso surdo; a escuta de sinais. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013. p. 167-169.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1990.

SÁNCHEZ, Carlos M. *La increíble y triste historia de la sordera*. Caracas: Ed. Ceprosord, 1990.

SILVA, Otto Marques. *Epopeia ignorada: a história da pessoa deficiente no mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: Editora CEDAS, 1987.

SILVA, Vilmar. *A política da diferença: educadores-intelectuais surdos em perspectiva*. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106672>. Acesso em: 25 maio 2019.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Müller de (org.) *Estudos surdos I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SILVA, Flávia Santos da; CHAVES-TANNUS, Márcio. A interpretação de Benveniste sobre as Categorias de Aristóteles. *EDUCAÇÃO E FILOSOFIA*, 31(62), 1033-1054. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/32926>. Acesso em: 19 maio 2019.

SKLIAR, Carlos. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013b.

SKLIAR, Carlos (Org.). *Atualidades de educação bilíngue para surdos*. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013a.

STEIN, Ernildo. Conferências e escritos filosóficos. Nota do Tradutor. In: SARTRE – HEIDEGGER. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores)

STROBEL, Karin. História da educação dos surdos. *Material didático - graduação Letras/Libras – UFSC*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. *Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez*. vol.1. Curitiba: Ed. Mãos Sinais, 2009.